

# **Mercado mundial e possibilidades de imperialismo no Livro II de *O capital*: investigando o ciclo do capital industrial e a reprodução do capital social**

*World Market and possibilities of imperialism in Marx's Capital volume II: exploring the cycle of industrial capital and the reproduction of social capital*

**Leonardo Leite\***

## **Resumo**

Este trabalho investiga o Livro II de *O capital* de Marx com o propósito de identificar vestígios da presença do mercado mundial na exposição do autor. Além disso, nosso objetivo é verificar se o ciclo do capital e a reprodução do capital social são logicamente coerentes com uma exposição no plano do mercado mundial ou no plano de uma economia nacional fechada. Em linha com pesquisas que sustentam que o argumento do Livro I é conduzido no nível do mercado mundial, encontramos evidências que permitem dizer o mesmo em relação ao Livro II. O principal resultado foi demonstrar que a reprodução do capital social necessariamente pressupõe o mercado mundial. Também percebemos possibilidades de imperialismo na exposição de Marx, seja como troca desigual ou como exportação de capital.

**Palavras-chave:** Karl Marx; *O capital*, Livro II; mercado mundial

## **Abstract**

This paper studies Marx's *Capital* Volume II with the purpose of identifying traces of the presence of the world market in the author's exposition. Furthermore, our aim is to verify whether the cycle of capital and the reproduction of social capital are logically consistent with an exposition on the level of the world market or on the level of a closed national economy. In line with research that supports that the argument of Volume I is conducted on the world market level, we found evidence that allows us to say the same with respect to Volume II. The main result was to demonstrate that the reproduction of social capital necessarily presupposes the world market. We also perceived possibilities of imperialism in Marx's exposition, either as unequal exchange or as export of capital.

**Keywords:** Karl Marx; *Capital*, Volume II; world market

---

\* Professor na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da UFF (NIEP-Marx/UFF). Correio eletrônico: leonardoleite@id.uff.br. Agradeço aos pareceristas anônimos e revisores pelas contribuições ao texto.

## Introdução

Dos três livros que compõem *O capital*, o segundo é provavelmente o menos explorado pelos estudiosos de Marx. Não sabemos exatamente o motivo, mas podemos especular que pode ser por tratar de temas mais áridos e menos cotidianos, como os ciclos do capital e a reprodução do capital social total, e também por ter longos embates teóricos com economistas políticos. Além disso, é mais difícil extrair do Livro II implicações políticas. Não é raro os leitores do Livro I pularem para o Livro III, onde são abordados temas e assuntos geralmente entendidos como mais quentes.

134

Talvez por esse motivo, os Livros I e III são objeto de mais pesquisas do que o Livro II. Por exemplo, há muito tempo se discute se a taxa geral de lucros, tema do terceiro livro, pode ser considerada a nível internacional ou é uma categoria válida apenas nacionalmente. É bem conhecida a posição de Ernest Mandel (1985) em defesa da tese baseada na nação, ao contrário de Ruy Mauro Marini (2005), que advoga pela existência da formação internacional de preços de produção, o que implica a ideia de que também existe, tendencialmente, a formação internacional de uma taxa geral de lucros. Daí se segue um amplíssimo debate, com repercussões até os dias atuais (Shaikh, 2016; Féliz, 2021; Leite, de Paula e Corrêa, 2023).

Esse exemplo (e muitos outros poderiam ser citados) serve para justificarmos a empreitada dessa pesquisa: por mais que o tema do mercado mundial esteja presente em muitas análises marxistas, existe uma assimetria grande em relação ao diálogo que se estabelece com a própria obra marxiana, com ênfase muito maior em temas do Livro III. O Livro II é praticamente negligenciado quando se trata de discutir o mercado mundial.

Além disso, um outro aspecto das interpretações contemporâneas sobre a teoria marxiana nos inquietou a avançar nessa pesquisa. Pradella (2022) fez uma crítica de teorias marxistas do imperialismo, como Lênin e Luxemburgo que, segundo a autora, incorriam em um nacionalismo metodológico. Isso seria um erro porque a teoria de Marx é justamente o oposto, pois é a explicação de um processo permanente de espraiamento do valor. *O capital*, em seu processo de autovalorização, empurra o valor (e a lógica capitalista) para fora de qualquer barreira nacional (Pradella, 2022). Portanto, poderíamos dizer que o mercado mundial está contido na explicação de Marx desde o Livro I porque sua explicação, desde o começo até o final do livro, só tem sentido lógico se considerarmos seu processo reprodutivo, ignorando, abstratamente, as fronteiras nacionais (Leite, 2017). Ao fazer isso, não tratamos de mercados nacionais, mas do próprio mercado mundial.

É preciso destacar que se trata de um tema em disputa no marxismo contemporâneo. Alguns autores, com referência em Rosdolsky (2001), ainda creem na tese de que a teoria do valor tem validade nacional, remetendo-se muitas vezes ao famoso plano de seis livros de Marx, no qual o autor elencou, em 1858, no primeiro de três grandes esboços de sua crítica da economia política (refiro-me aos *Grundrisse*) que o mercado mundial seria tema do sexto livro (Rosdolsky, 2001). O problema dessa tese é que *O capital*, da forma como publicado por Marx e Engels, não é uma continuação desse plano primitivo, mas “um segundo projeto de crítica”, como diz Heinrich (2009, p. 79), no qual Marx suprime a análise do capital em geral e incorpora elementos, desde o Livro I, que seriam temas dos últimos livros do plano primitivo.

Se esse argumento é crível em relação ao Livro I, a questão desta pesquisa pode ser resumida assim: é possível encontrar vestígios da presença do mercado mundial no Livro II de *O capital*? Sendo possível, o argumento marxiano possui relevância para compreender possibilidades de imperialismo, notadamente de troca desigual, na análise do ciclo do capital industrial e da reprodução do capital social?

Neste trabalho entendemos o imperialismo como “uma relação social que conecta capital e trabalho em escala mundial através de uma rede de dominação hierárquica” (Leite, 2018, p. 149). Em outras palavras, a exploração internacional, para ficar com um termo utilizado por Marini (2005), é operada pelo imperialismo quando se constrói e mantém em funcionamento condutos pelos quais o trabalho e a natureza são espoliados nos países periféricos e transferidos para os países centrais. Outra forma de nomear esse processo é dizer que ocorre uma transferência internacional de valores no mercado mundial, de modo que o imperialismo se configura como uma legalidade própria do modo capitalista de produção (Leite, 2018; Leite e Carcanholo, 2021). Neste sentido, buscar possibilidades de imperialismo no Livro II de *O capital* é verificar em que momentos da exposição marxiana abrem-se brechas para detectar transferências de valor.

Examinaremos, em sequência, como a possibilidade para a troca desigual se apresenta no exame marxiano do ciclo do capital industrial especialmente sob a forma capital-mercadoria e no estudo da reprodução do capital social.

### **1. Condições objetivas para a troca desigual a partir do ciclo do capital-mercadoria**

Na interpretação de Heinrich (2014b), duas definições para o processo de circulação do capital foram articuladas por Marx na redação do Livro II:

Trata-se aqui, *por um lado*, da ideia de que o capital se encontra num processo ininterrupto de circulação. O objetivo desse movimento é aumentar o valor do capital. Observado desse ponto de vista, o processo D-M-P-M'-D' não é outra coisa senão o “processo de circulação do capital”. Nele está subsumida a fórmula geral do capital D-M-D', discutida no Livro I. *Na outra definição*, o processo de circulação propriamente dito é contraposto ao processo de produção. Ora, se a troca de mercadoria por dinheiro é um grande problema, um “salto mortale”, como diz Marx em outro lugar, então a realização do capital-mercadoria com o mais-valor nele contido, ou seja, o “processo de circulação do capital”, é um processo muito mais difícil (Heinrich, 2014b, p. 33).

Ambas se engendram mutuamente na medida em que uma é o pressuposto da outra. O processo cíclico do capital, apresentado por Heinrich através da forma do capital monetário (D-M...P...M'-D'), se sustenta enquanto ocorre a troca de capital monetário por capital-mercadoria (D-M) e vice-versa (M'-D'). Por outro lado, este intercâmbio depende da reprodução do capital industrial pois, assim, o valor de capital necessariamente percorre suas diversas formas funcionais, percorrendo as transições D-M e M'-D'. Neste sentido, pressupondo a existência do capital industrial, tanto faz olhar

<sup>1</sup> Por mais que haja dissenso, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da nova edição histórico-crítica da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA-2), como Heinrich (2009) e Pradella (2015), apontam numa direção oposta à de Rosdolsky (2001).

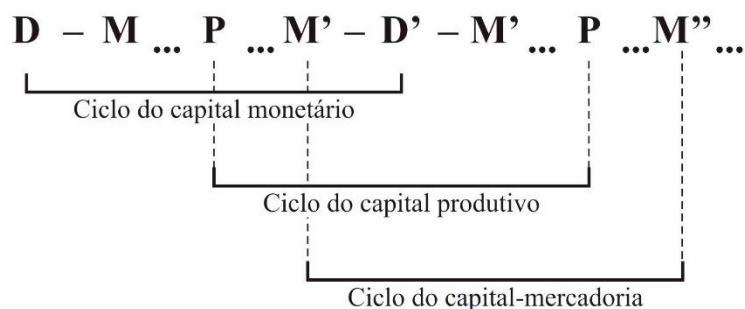
o processo de circulação do capital por uma definição ou por outra, ambas se condicionam de forma que falar de uma é necessariamente falar de outra.

Quando Marx examina os diversos ciclos do capital industrial na primeira seção do Livro II, ele pretende fazer isso abstraindo de fatores que possam encobrir as determinações essenciais. Para fazer o estudo do ciclo em seu “estado puro”, diz Marx, “não basta pressupor que as mercadorias são vendidas por seu valor, mas que isso ocorre sob circunstâncias que permanecem inalteradas” (2014, p. 185). O que ele está dizendo é que a circulação ocorre sem perturbações, sem “revoluções técnicas” que possam modificar o valor de capital durante a reprodução. Isto é, a segunda definição posta por Heinrich – na qual se inclui o salto mortal da mercadoria – se desenrola sem sobressaltos que possam interferir no centro da investigação de Marx nesse momento, que é a metamorfose das formas funcionais do capital, ou, nas palavras do próprio, é “a simples forma do movimento” (Marx, 2014, p. 184).

Embora o objetivo da exposição de Marx seja o exame do ciclo em sua pureza, sem perturbações, com troca pelos valores, ele deixa pistas que podem contribuir para o entendimento da troca desigual, no sentido posto por Marini (2005). Como esta se refere à troca de valores não equivalentes, ela pressupõe que o ciclo do capital se desenrole fora de seu estado puro, isto é, com perturbações na segunda definição da circulação (D-M e/ou M'-D') que se projetam sobre a primeira (D-M...P...M'-D').

Como se sabe, Marx estuda o ciclo do capital industrial sob três óticas distintas, cada uma das quais lança luz sobre distintos enlaces do processo de circulação do capital. Esquemáticamente, podemos representá-las assim:

**Figura 1: As três formas do ciclo do capital industrial**



Fonte: elaboração própria a partir de Marx (2014, p. 140)

Importante destacar que, nos termos de Marx, a diferença entre os ciclos é “meramente formal” ou “meramente subjetiva, existente apenas para seu observador” (Marx, 2014, p. 180-181). Cada capital industrial individual percorre os três ciclos “simultaneamente” e eles “consumam-se continuamente e lado a lado”. Em outros termos, os ciclos do capital industrial carregam duas características: simultaneidade e continuidade entre as três formas. Isso significa que enquanto uma fração do capital industrial está comprando meios de produção, outra está produzindo a mercadoria utilizando o estoque de meios de produção e uma terceira está vendendo as mercadorias

em estoque. Trata-se de um “traço característico da produção capitalista, condicionado por sua base técnica, embora nem sempre exequível de forma incondicional” (idem, loc. cit.). Marx distingue, assim, a produção capitalista da pré-capitalista, que, por não possuir a base técnica assentada sobre a maquinaria, não consegue levar a cabo todas as três fases do processo continuamente, apenas em saltos, de forma discreta. Esse raciocínio permite a Marx (2014, p. 181-182) concluir que o capital industrial é “um todo em movimento”, ou “a totalidade dessas partes”:

Como totalidade, o capital se encontra, então, *simultaneamente e em justaposição espacial em suas diferentes fases*. [...] As formas são, portanto, fluidas, e sua simultaneidade é mediada por sua sucessão. Cada forma segue a outra e a antecede, de modo que o retorno de uma parte do capital a uma forma é condicionado pelo retorno de outra parte a outra forma (Marx, 2014, p. 183; grifos adicionados).

A representação esquemática do ciclo é verdadeira tanto para o capital social total quanto para os diversos capitais individuais. A continuidade da reprodução, entretanto, é certa para o primeiro (desde que preservadas algumas “condições de equilíbrio”, das quais falaremos adiante), embora para os últimos “a continuidade da reprodução é, em certos pontos, mais ou menos interrompida” (Marx, 2014, p. 183). Mantido o pressuposto do “estado puro” da circulação, podemos nos perguntar por qual motivo a continuidade é “mais ou menos interrompida” para o capital individual. Marx está tratando aqui de causas fortuitas e mais ou menos previsíveis, como as estações do ano para um capital empregado na agricultura, no sentido de que podem afetar o curso da continuidade da reprodução. Como veremos na sequência, o relaxamento daquele pressuposto levantará outros motivos que interrompem total ou parcialmente a continuidade da reprodução do capital industrial individual.

O caráter de continuidade do ciclo do capital industrial faz com que ele seja “não apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os seus três ciclos” (Marx, 2014, p. 182). Sendo uma unidade, o estancamento, a paralisação da transição entre formas funcionais gera perturbações sobre todo o ciclo. Ao invés de estancamento *completo*, ou seja, engessamento integral do valor de capital em determinado estágio do ciclo, podemos reproduzir esse argumento de Marx levando em consideração um estancamento *parcial*, que ocorre, por exemplo, quando o valor cristalizado em determinada forma não consegue se metamorfosear sem ter alguma parte de si subtraída.

Quando Marini (2005), Santos (1970) e demais autores da teoria marxista da dependência falam em transferência de valor das economias dependentes latino-americanas para as economias imperialistas, estão se referindo a esse processo social de estancamento parcial do ciclo do capital industrial, já que uma parte do mais-valor é apropriado pelos capitais imperialistas. A possibilidade teórica para isso, no contexto do Livro II, foi levantada por Marx na seguinte passagem, na qual complementamos, por nossa conta em itálico e entre colchetes, certas orações:

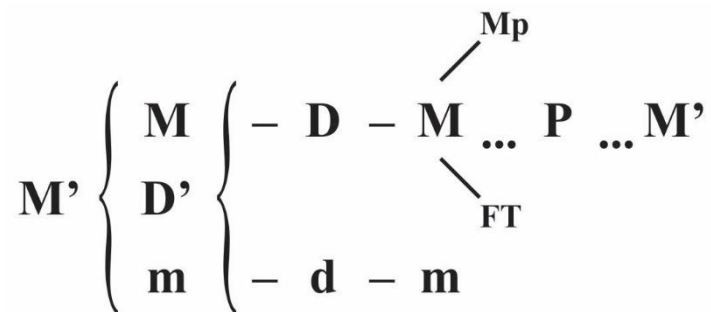
Se, por exemplo, o movimento M'-D' se estanca numa de suas partes e não se consegue vender a mercadoria [*ou não se consegue vender pelo valor que foi produzida*], o ciclo dessa parte é interrompido [*ou subtraído*] e a reposição pelo seu meio de produção não é realizada; as sucessivas partes que resultam do processo de produção como M' tem sua mudança de função bloqueada

pelas partes anteriores. Se isso persiste por certo tempo, restringe-se a produção e o processo inteiro é suspenso. Cada estancamento da sucessão provoca uma desorganização da justaposição [*das partes*]; cada estancamento num estágio causa um estancamento maior ou menor em todo o ciclo, não apenas da parte do capital imobilizado, mas também do capital individual em sua totalidade (Marx, 2014, p. 182; grifos e inserção adicionados).

Para que haja um estancamento da forma como estamos lidando aqui, precisamos pressupor alguma diferença quantitativa entre o valor produzido e o valor apropriado pelo capital individual, seja na compra de meios de produção ou na venda do capital-mercadoria. Em outros termos, é preciso superar a abstração segundo a qual as mercadorias são vendidas pelos valores. Ao mesmo tempo, é preciso ainda estudar o ciclo do capital industrial sob uma forma que permita entender as condições para o entrelaçamento entre vários capitais, ou seja, é preciso estudar a forma do ciclo que melhor se encaixa na perspectiva da concorrência. A partir disso poderemos investigar os resultados do entrelaçamento entre capitais individuais com distintos níveis de produtividade.

Das três formas do ciclo, duas começam pelo valor de capital e terminam com valor de capital valorizado (D...D' e P...P) e uma começa já com o valor de capital valorizado (M'...M'). Esta característica do ciclo do capital-mercadoria lhe confere uma especificidade importante aos nossos propósitos. Como é indiferente se consideramos reprodução simples (M'...M') ou ampliada (M'...M'), iremos representar esse ciclo por M'...M' para tornar a representação mais simples:

**Figura 2. Ciclo do capital-mercadoria**



Fonte: elaboração própria a partir de Marx (2014, p. 173)

Consideramos que o valor do capital-mercadoria (M') se decompõe no valor de capital adiantado (M) e no mais-valor (m). Nestas condições, o capital-mercadoria está, sob a forma natural, prenhe de mais-valor. Sua realização em D' permite ao capitalista comprar mercadorias, meios de produção (Mp) e força de trabalho (FT), para iniciar um novo processo de produção (...P...) e consumir improdutivamente outras mercadorias (m) de valor equivalente a d para seu próprio consumo. Por conseguinte, pressupõe-se, seguindo o argumento de Marx (2014, p. 173), por duas vezes a existência de capital-mercadoria “fora do ciclo” (diferentemente dos ciclos D...D' ou P...P, nas quais a forma do extremo final pode ser a primeira aparição “na cena histórica” do capital monetário ou do capital produtivo). As duas vezes em que M “aparece como capital-mercadoria” ao longo do ciclo são em D-M e d-m, ou seja, quando valor de capital acrescido de mais-

valor sob a forma capital monetário precisa adquirir no mercado meios de produção ou força de trabalho e produtos para o consumo individual do capitalista.

A forma  $M' \dots M'$  do ciclo “pressupõe  $M (= FT + Mp)$  como *mercadorias alheias em mãos alheias*, mercadorias essas atraídas para o ciclo pelo processo inicial de circulação e incorporadas ao capital produtivo, de cuja função resulta que  $M'$  se converte novamente na forma final do ciclo” (Marx, 2014, p. 174; grifos adicionados). Em função disso e à medida que este ciclo parte desde o início da mercadoria como produto de um capital, ele permite vislumbrar o entrelaçamento entre os vários capitais individuais:

[...] precisamente porque o ciclo  $M' \dots M'$  pressupõe, dentro de seu percurso, *outro capital industrial* em forma de  $M (= FT + Mp)$  [...] ele exige que o consideremos não apenas como formal geral do ciclo, isto é, como uma forma social sob a qual pode ser considerado todo capital industrial individual (fora de seu primeiro desembolso) – portanto, não apenas como uma forma de movimento comum a todos os capitais industriais individuais –, mas, ao mesmo tempo, como *a forma de movimento da soma dos capitais individuais e, portanto, do capital total da classe capitalista*, um movimento em que cada capital industrial individual aparece apenas como um movimento parcial, *entrelaçado com os demais e por eles condicionado* (Marx, 2014, p. 174-175; grifos adicionados).

O entrelaçamento entre capitais industriais individuais posto pelo ciclo do capital-mercadoria permite a Marx constatar que “em todas as suas peculiaridades, esse ciclo *aponta para além de si mesmo* como ciclo isolado de um capital meramente individual” (Marx, 2014, p. 175-6; grifos adicionados). Ao contrário dos ciclos  $D \dots D'$  e  $P \dots P$ , em  $M' \dots M'$  “o movimento do valor de capital aparece, desde o início, apenas como parte do movimento da massa geral dos produtos”. Sendo a forma de movimento do capital total, o ciclo do capital-mercadoria faz com que os ciclos dos capitais individuais apareçam necessariamente como movimento parcial e condicionado pelo todo. Essa relação de condicionalidade, na verdade, é dupla. Por um lado, os ciclos dos capitais individuais são condicionados pelo ciclo do capital-mercadoria (total) à medida que este põe o valor de capital já valorizado como pressuposto, como primeira forma funcional, para os ciclos individuais. Por outro lado, o valor de capital só se valoriza se os capitais individuais percorrerem um determinado processo produtivo no qual a força de trabalho explorada seja capaz de produzir o mais-valor.

A consideração anterior sugere que o ponto de partida do ciclo  $M' \dots M'$  pode representar o *valor total* produzido pela sociedade capitalista. Para que a reprodução social se processe, é necessário que esse ponto de partida também contenha os valores de uso em proporções adequadas às necessidades técnicas de valorização do valor. Marx ainda não explica nesse ponto da exposição quais os critérios (as “condições de equilíbrio”<sup>2</sup>) para que a reprodução do capital social se efetive levando em consideração as necessidades e contribuições de cada ramo para a produção total. Enquanto a resposta para isso é fornecida pelo autor apenas na terceira e última seção do Livro II, o que nos interessa, neste momento, é compreender a dinâmica entrelaçada entre as cotas-partes

<sup>2</sup> Cf. Carcanholo (2003).

do valor total: referimo-nos ao movimento dos *valores individuais* lançados na circulação sob a forma capital-mercadoria (M'-D') e dela retirados para integrar um novo processo produtivo (D'-M [Mp e FT])<sup>3</sup>.

Marx pressupõe, neste nível da exposição, ao longo dos Livros I e II e até o Capítulo IX do Livro III, que as mercadorias são vendidas por seus valores. Isto permite ao autor se concentrar apenas com as mudanças de *forma* do valor quando expõe os ciclos do capital. Entretanto, a possibilidade de que tais metamorfoses não percorram seu “curso normal”, para usar um termo do próprio autor<sup>4</sup>, se torna realizável – embora, analiticamente, nunca seja levada adiante – em qualquer momento no qual Marx representa os desdobramentos de uma determinada operação de compra e venda ou vice-versa. Quando argumenta que, na venda do capital-mercadoria, o valor de capital valorizado pode ser decomposto em tantas frações de valor quanto sejam desejáveis independentemente das características naturais do tipo de mercadoria produzida, ele exemplifica com uma produção de fios que pesam 10 mil libras e se vendidos a 500 libras-esterlinas recompõem todo o valor de capital adiantado e o mais-valor integralmente (Marx, 2014, p. 167-169). Sendo assim, o *valor* de uma libra de fio equivale a um xelim<sup>5</sup>.

No cotidiano mercantil, entretanto, o que ocorre é a *possibilidade real* de que cada libra de fio seja vendida por um *preço* que apenas fortuitamente coincida com um xelim. É o que Marx nos informa quando diz que se o comprador “decompõe o valor total em seus elementos constitutivos [ $c + v + m$ ], é com a capciosa intenção de demonstrar que *mesmo se a libra fosse vendida abaixo de 1 xelim o vendedor ainda faria um bom negócio*” (Marx, 2014, p. 169; grifos adicionados). Ora, o vendedor “faria um bom negócio” mesmo se vendesse sua libra de fio abaixo de um xelim pois parte do valor desta libra decorreu da apropriação gratuita de trabalho vivo por parte do capitalista. Em outros termos, Marx coloca em foco o fato segundo o qual o mais-valor *apropriado* na troca da mercadoria por dinheiro *pode ser* retraído em relação ao que fora *produzido* por determinado capital. Esta assertiva também pode ser lida com sinal trocado: o mais-valor apropriado pode ser superior ao produzido.

Um pouco adiante, Marx novamente indica o nível de abstração em que se situa:

Aqui [...] *está pressuposto que M' é vendida pelo seu valor* e que, portanto, trata-se apenas de sua transmutação de forma-mercadoria em forma-dinheiro. Para M', como forma funcional no ciclo desse capital individual, com o qual o capital produtivo tem de ser repostado, *o decisivo é, naturalmente, saber se e até que ponto o preço e o valor diferenciam-se um do outro na venda*; mas isso não nos interessa neste momento, em que nos ocupamos somente com as diferenças de forma (Marx, 2014, p. 170; grifos adicionados).

<sup>3</sup> A vinculação entre o ciclo do capital-mercadoria e a reprodução do capital social é apontada em outros lugares do Livro II, como, por exemplo, no Capítulo VII: “A última forma [M'...M'] é importante para a última seção, na qual o movimento dos capitais individuais é concebido em conexão com o movimento do capital social total” (Marx, 2014, p. 236).

<sup>4</sup> “Na forma M'...M', o consumo do produto-mercadoria inteiro [*em termos de valor e valor de uso, segundo nossa interpretação*] é pressuposto como condição do *curso normal* do próprio processo de capital” (Marx, 2014, p. 171; grifos adicionados).

<sup>5</sup> Pela unidade monetária utilizada em *O capital*, uma libra-esterlina é igual a 20 xelins.



Se o “decisivo” é “se e até que ponto o preço e o valor diferenciam-se um do outro”, abre-se, enfaticamente, a possibilidade da transferência de valor entre capitais individuais. Entretanto, a preocupação exclusiva com as mutações de forma deve-se ao fato de que o ciclo do capital-mercadoria também representa o movimento do capital social total, que se realiza necessariamente com base na igualdade entre preços e valores<sup>6</sup>. Portando uma dupla representação – do movimento total e dos movimentos parciais –, o ciclo do capital-mercadoria pode oferecer uma variedade de fenômenos, quer se olhe por um ângulo ou por outro, para além do exame meramente formal do ciclo. É por isso que aprofundamos que a análise desse ciclo permite vislumbrar a possibilidade real do imperialismo. Marx resume a possibilidade de outros fenômenos na seguinte passagem:

O fato de que o capital social é = a soma dos capitais individuais (inclusive dos capitais em ações e do capital estatal, na medida em que os governos empregam trabalho assalariado produtivo em minas, ferrovias etc. e, assim, funcionam como capitalistas industriais), e de que o movimento total do capital social é = a soma algébrica dos movimentos dos capitais individuais, *não exclui aqui de modo algum a possibilidade de que esse movimento, como movimento do capital individual isolado, ofereça outros fenômenos distintos do mesmo movimento*, considerado como uma parte do movimento total do capital social e, portanto, em conexão com os movimentos de suas outras partes, nem que, ao mesmo tempo, resolva problemas cuja solução tem de estar pressuposta na consideração desse ciclo de um capital individual isolado, em vez de resultar dele (Marx, 2014, p. 175; grifos adicionados).

Como assinalamos anteriormente, o movimento total do capital social se realiza com base na identidade entre valores e preços (pois, na totalidade, preços, entendidos aqui como preços de produção, e valores, são quantitativamente iguais). Do ponto de vista do movimento do capital individual isolado, ao contrário, é possível que ele se enlace com outros capitais industriais que operem em distintos níveis de produtividade. Segue que, deste ponto de vista, existe a possibilidade real de distinção entre valores e preços. Portanto, um dos “outros fenômenos distintos do mesmo movimento” a que Marx se refere poderia ser, evidentemente, o imperialismo. Devemos ter a precaução aqui de distinguir a transferência de valor *tout court* da transferência de valor imperialista. A última necessariamente tem que ser o resultado do entrelaçamento dos ciclos de dois capitais individuais cujos processos produtivos tenham transcorrido em territórios nacionais distintos<sup>7</sup>. Se a produção (...P...) imediatamente põe capital-mercadoria de determinado valor (M') à venda, a troca de M' por D' pode representar um processo imperialista desde que D', em primeiro lugar, possua um valor diferente de M' e, em segundo lugar, seja, do ponto de vista do comprador, a resultante forma capital monetário de um ciclo cujo processo produtivo ocorreu alhures. Cumprindo essas duas condições, efetiva-se uma transferência internacional de valor: parte do mais-valor produzido em um país é apropriado gratuitamente em outro lugar.

<sup>6</sup> Este é um resultado lógico da transformação de valores em preços de produção. Por ora, tomamos a igualdade entre a totalidade de valores e de preços de produção como pressuposto. Abstrairmos, ademais, da diferença entre preços de produção e preços de mercado, de modo que assumimos que os primeiros representam a norma de intercâmbio.

<sup>7</sup> Do contrário, teríamos transferências de valor dentro de um país. Embora existam realmente, não se configuram como imperialista exatamente por não cruzarem a fronteira nacional.

A existência da transferência de valor *tout court* é, portanto, uma condição necessária, mas não suficiente para a existência da transferência de valor imperialista. Enquanto uma representação da totalidade, o ciclo do capital-mercadoria diz respeito ao mercado mundial e, enquanto tal, seu exame pode ser feito abstraindo-se do comércio exterior:

Como em  $M' \dots M'$  o produto inteiro (o valor inteiro) é o ponto de partida, aqui se evidencia que (*abstraindo do comércio exterior*) a reprodução só pode ocorrer em escala ampliada – *pressupondo-se que a produtividade se mantenha inalterada* – se na parte do mais-produto a ser capitalizada já estão contidos os elementos materiais do capital produtivo adicional (Marx, 2014, p. 177; grifos adicionados).

Marx indica aqui que no mercado mundial deve haver uma conexão entre os valores de uso produzidos por uns capitais e aqueles desejados por outros para realizar o processo de produção em sua inteireza. A abstração do comércio exterior serve para marcar esse nível de abstração – assim como o autor fez no começo do Capítulo XXII do Livro I (Pradella, 2015) Se desconsiderarmos esse pressuposto, isto é, se analisarmos o ciclo do capital-mercadoria considerando a existência do comércio exterior, acrescentaremos determinações mais concretas à análise: as diversas formações sociais nacionais tornam-se totalidades mais complexas (subjugadas à totalidade abstrata do mercado mundial) posto que trazem consigo a influência da categoria *nação* sobre o processo capitalista de reprodução, que se manifesta com a diversidade de taxas de câmbio, de políticas econômicas, de poderes militares, etc. Apenas assim é possível discutir, por exemplo, o entrelaçamento concreto entre o ciclo de um capital industrial dependente e o ciclo de um capital industrial imperialista cujo resultado possível é a transferência de valor do primeiro para o segundo.

Na citação anterior de Marx, percebemos uma segunda marcação do nível de abstração: “pressupondo-se que a produtividade se mantenha inalterada”. Para identificar a transferência de valor imperialista precisamos superar, também, essa abstração. Fazendo isso, ou seja, supondo que a evolução da produtividade em uns capitais seja mais acelerada do que em outros, e agregando isso aos resultados do parágrafo anterior, temos as condições objetivas para a existência das transferências internacionais de valor por meio da troca desigual.

## **2. Possibilidade do imperialismo a partir da reprodução do capital social**

Para que a reprodução do capital social se processe intertemporalmente, a totalidade dos produtos-mercadorias deve contemplar a reposição tanto do valor quanto da matéria que lhe dá sustentação. Nos termos de Marx, o processo é “condicionado tanto pela inter-relação dos componentes de valor do produto social como por seu valor de uso, sua configuração material” (Marx, 2014, p. 498). Apenas para ilustrar a questão, isso significa que, por exemplo, considerando-se a reprodução simples, se a parcela constante de valor do capital social para o ano seguinte é equivalente a 1000 libras-esterlinas (£1000), deve haver ao final do ano antecedente uma *quantidade* de meios de produção enquanto produto-mercadoria no valor de £1000 na *qualidade* adequada às

necessidades do capitalista coletivo<sup>8</sup>. Se essas condições forem cumpridas e estiverem incorporadas no produto anual, este passa a englobar “a reprodução (isto é, a conservação) da classe capitalista e a da classe trabalhadora, bem como, por conseguinte, a reprodução do caráter capitalista do processo total de produção” (Marx, 2014, p. 495). Portanto, falar em reprodução do capital social é falar em reprodução do modo capitalista de produção.

Em função da conclusão do parágrafo anterior, podemos assegurar que se o imperialismo é uma relação social funcional à reprodução do capital, isto é, uma relação entre capitais em concorrência no mercado mundial, ele está subsumido à própria reprodução do capitalismo. O imperialismo, nesse sentido, se manifesta sob distintas formas pois cada padrão de reprodução do capital demanda um conjunto específico de relações, dentre as quais o imperialismo, a sustentá-lo. A reprodução do capital, quando examinada a partir de sua totalidade – o mercado mundial – abarca a possibilidade lógica e histórica do imperialismo. Embora Marx não tenha desenvolvido seu argumento nessa direção, ele abstraiu o comércio exterior e, portanto, sua concepção de reprodução do capital *social* envolve a reprodução do capitalismo mundialmente considerado.

Abstrair o comércio exterior da exposição não significa desconsiderar sua importância real, procedimento que Marx explicita quando assegura que “a produção capitalista não pode existir de modo algum sem comércio exterior” (Marx, 2014, p. 575). Entretanto, é possível analisar a reprodução capitalista sem considerá-lo, pois, ao pressupor que as mercadorias se vendem pelo seu valor, a função do comércio exterior se reduz à mera troca de valores de uso, cuja operação não pode afetar, conforme os pressupostos já explicitados, as “relações de valor” (Marx, 2014, p. 575). Dentro da breve exposição intitulada “A reprodução do capital monetário”, no Capítulo XX do Livro II de *O capital*, há uma passagem de Marx que nos auxilia a sustentar nosso argumento:

Desse modo, a introdução do comércio exterior na análise do valor-produto anualmente reproduzido só pode confundir, sem contribuir com nenhum elemento novo, nem para o problema, nem para a sua solução. Devemos, portanto, abstrair dele por completo, pois aqui temos de tratar o ouro como elemento direto da reprodução anual, não como elemento de mercadoria importado do exterior por meio do intercâmbio (Marx, 2014, p. 575).

É salutar destacar que a possível confusão criada pela introdução do comércio exterior na análise deriva do pressuposto destacado no parágrafo anterior (da identidade entre preços e valores). Sustentando que nos marcos desse nível de abstração as “relações de valor” não se alteram, o comércio exterior, de fato, pode ser omitido da análise<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> O ano é a unidade de tempo à qual Marx predominantemente se refere ao longo do Livro II, especialmente a partir do estudo da rotação do capital, sendo assim justificado: “Assim como a jornada de trabalho é a unidade de medida natural para a função da força de trabalho, o ano é a unidade de medida natural para as rotações do capital em processo. A base natural dessa unidade de medida repousa sobre o fato de que os mais importantes frutos da terra na zona temperada, que é o seio da produção capitalista, são produtos anuais” (Marx, 2014, p. 237-238).

<sup>9</sup> Em outros lugares, Marx também pressupõe que o comércio exterior não altera as “relações de valor”. Ver, por exemplo, Marx (2014, p. 512).

A segunda metade da citação nos permite desenvolver outro ponto, já que a abstração do comércio exterior poderia ser interpretada em duas vias opostas e mutuamente excludentes. A primeira, defendida por nós, se baseia nessa abstração para inferir que Marx trabalha ao longo de *O capital* no nível do mercado mundial. A segunda interpreta que Marx estaria considerando uma economia nacional fechada, isto é, sem relações com o exterior. Apesar desse debate já ter sido feito (Pradella, 2015), a citação anterior nos ajuda a defender a primeira posição na medida em que a mercadoria de exemplo escolhida pelo autor, o ouro, é produzida em pouquíssimos lugares do mundo: o próprio autor cita apenas Estados Unidos, Rússia, México, América do Sul e Austrália como os lugares nos quais o ouro é produzido (Marx, 2014, p. 575). Reconhecendo isso, a afirmação de que se deve tratá-lo como “elemento direto da reprodução anual” e não como elemento “importado do exterior” é uma indicação explícita de que o nível de abstração no qual a exposição está sendo conduzida considera todo o mundo como o espaço da reprodução do capital. Nesse sentido, os esquemas de reprodução do capital social desenvolvidos na última seção do Livro II referem-se ao plano do mercado mundial enquanto uma totalidade abstrata na qual a existência de fronteiras nacionais está, por suposição, ainda ausente.

Essa totalidade, por outro lado, abarca um tipo de relação especificamente histórica, a relação de produção capitalista, que conecta dois tipos de relacionamentos distintos, representantes, nos termos de Arrizabalo Montoro (2014, p. 152), dos “dois grandes conflitos sociais” de nossa era: entre capital e trabalho assalariado e, através da concorrência, entre capitalistas entre si. Poderemos perceber o imperialismo como uma categoria subsumida a esse “nexo de relacionamentos”, para usar um termo de Callinicos (2014, p. 16-17)<sup>10</sup>, se adicionarmos uma determinação mais concreta à exposição, qual seja, a existência das fronteiras nacionais. Um indício dessa percepção pode ser encontrado no próprio Marx quando ele explica – em uma passagem escrita em tons metodológicos, em um contexto de crítica à naturalização burguesa do modo de produção capitalista, dentro do capítulo sobre a reprodução simples no Livro II – a sua concepção de totalidade:

Quando se fala do modo social de considerar as coisas, ou seja, quando se examina o produto total do ponto de vista social, que engloba tanto a reprodução do capital social como o consumo individual, não se deve incorrer no modo de proceder de Proudhon, imitado da economia burguesa, e examinar a questão como se uma sociedade existindo sob um modo de produção capitalista, uma vez considerada *em bloc*, como totalidade, perdesse seu caráter histórico-específico. Pelo contrário. Nesse caso, temos de lidar com o capitalista coletivo. O capital total aparece como o capital acionário de todos os capitalistas individuais combinados. Essa sociedade por ações tem em comum com muitas outras sociedades por ações o fato de que cada um sabe o que nela coloca, mas *não* o que dela retira (Marx, 2014, p. 537; grifos no original).

Mantivemos propositadamente os grifos de Marx para destacar a última negativa no final da passagem: o capitalista individual, aparentemente sócio de uma sociedade por ações, sabe o quanto contribui, mas não sabe o quanto pode retirar dela. Essa indicação está relacionada com a concorrência, afinal, ela gera a incerteza quanto às

<sup>10</sup> Callinicos (2014) desenvolve um sofisticado argumento para demonstrar a centralidade de ambas as relações em *O capital*, o que o leva a sustentar que o capital deve ser apreendido como um “nexo de relacionamentos” (Callinicos, 2014, p. 16-7).

possibilidades de apropriação de valor. Por outro lado, o capitalista enquanto um ser coletivo se choca, necessariamente, com seu oposto, isto é, com o trabalho assalariado, produtor do mais-valor que se distribui desarmonicamente entre os vários partícipes da exploração.

Ao expor o problema da mediação do intercâmbio de mercadorias pela circulação monetária, também é possível perceber o caráter geral, totalizante, da interpretação de Marx. Diz o autor que o capital monetário transformado em capital variável, isto é, o pagamento de salários, “desempenha o papel principal na própria circulação monetária” pois “em todos os países de produção capitalista, o capital monetário assim adiantado constitui uma parte proporcionalmente decisiva da circulação total, tanto mais porque o mesmo dinheiro, antes de seu refluxo ao ponto de partida, corre pelos canais mais variados e funciona como meio de circulação para um sem-número de negócios” (Marx, 2014, p. 518). Se o argumento é válido para “todos os países de produção capitalista”, não há por que, como salientamos anteriormente, reduzir a análise a um ou outro país.

Pode-se, por conseguinte, lidar nesse nível de abstração com o mercado mundial. O próprio Marx – em uma passagem relativamente desconhecida, posto que fora excluída por Engels da edição final do Livro II, mas trazida à tona em função da nova edição de *O capital* a partir da MEGA-2<sup>11</sup> – indica claramente a natureza global, mundial, de seu sistema teórico: “Para cada capital individual existe, *do lado de fora*, um mundo de mercadorias. Mas o capital social e seu produto abarcam em si o mundo inteiro das mercadorias” (Marx, 2014, p. 670; grifos no original). Parece-nos que essa é uma passagem definitiva para concluir esse raciocínio a favor da tese segundo a qual a reprodução do capital social, segundo a interpretação de Marx, é a reprodução do capitalismo mundialmente considerado.

A constatação de que a reprodução do capital social ocorre no âmbito do mercado mundial não é suficiente para identificar o imperialismo como uma relação social imanente a essa reprodução. Isso porque Marx (2014, p. 496-497), naquele momento do texto, mantém o pressuposto de que não há variação na base técnica na qual os capitais operam: “não só se pressupõe que os produtos se trocam por seu valor, mas também que não ocorre nenhuma revolução de valor nos componentes do capital produtivo”. Do ponto de vista do capital social, esse pressuposto é perfeitamente coerente, tendo em vista que preços e valores das mercadorias se igualam quando se considera o todo. Entretanto, e aqui está uma pista para o imperialismo, as revoluções de valor, ou as revoluções de produtividade, exercem influência sobre o movimento dos capitais individuais em concorrência:

Embora os preços divirjam dos valores, essa circunstância não pode, de resto, exercer nenhuma influência no movimento do capital social. Tal como antes, trocam-se, no total, as mesmas massas de produtos, *ainda que a participação dos capitalistas individuais nas relações de valor deixe de ser proporcional a*

---

<sup>11</sup> Na transição entre as seções VII (Capital variável e mais-valor nos dois setores) e VIII (O capital constante nos dois setores) do Capítulo XX do Livro II, os tradutores indicam em nota de rodapé à página 532 que “Engels deixou de incluir um trecho do manuscrito II” o qual está reproduzido na íntegra como Apêndice 10 desta edição do Livro II de *O capital* (Marx, 2014). Vale destacar que este manuscrito está datado pela MEGA-2 como redigido entre maio de 1868 e meados de 1870 – Cf. Marx (2014, p. 72-75).

*seus respectivos adiantamentos e às massas de mais-valor produzidas individualmente por cada um deles* (Marx, 2014, p. 497; grifos adicionados).

Marx reconhece, então, ainda no âmbito da reprodução do capital social, que a “participação” dos capitalistas individuais deixa de ser proporcional “às massas de mais-valor produzidas individualmente”. Ou seja, a distinção entre produção e apropriação de valor pelos capitalistas individuais está ocorrendo no mundo subterrâneo da reprodução do capital social, na qual todo o valor produzido é apropriado. Embora Marx não analise as repercussões disso, pois simplesmente não pode analisar em função do nível de abstração, ele atesta sua existência.

146

Ao distinguir o movimento que pertence ao todo daquele relativo às partes, o argumento de Marx é suficiente para demonstrar que não há falácia da composição em sua teoria da reprodução. De fato, quando criticava a teoria de Smith no Capítulo XIX (“Exposições anteriores do mesmo objeto”) do Livro II, Marx já indicava o que seria esclarecido no capítulo seguinte: “que, no movimento do capital social – isto é, da totalidade dos capitais individuais –, as coisas se apresentam de outro modo que no caso de cada capital individual considerado em particular, ou seja, do ponto de vista de cada capitalista individual” (Marx, 2014, p. 486).

Retornando ao argumento do Capítulo XX, podemos dizer que o pressuposto de que as mercadorias se vendem pelos seus valores tem como corolário direto que a troca não pode enriquecer nenhum capitalista. Sendo assim, o dinheiro que é lançado na circulação monetária para mediar a circulação das mercadorias retorna integralmente a eles: as mercadorias “se pagaram uma à outra integralmente, mediante o intercâmbio de seus respectivos equivalentes-mercadoria” (Marx, 2014, p. 505). Em outro lugar, Marx afirma: “a venda dessas mercadorias, na medida em que não implique fraudes etc., mas seja um intercâmbio de equivalentes em mercadoria e dinheiro, não é um processo mediante o qual o capitalista enriquece” (Marx, 2014, p. 517). Por isso, nos marcos do nível de abstração no qual a exposição está situada, a condição para que a reprodução em escala simples ocorra sem perturbações é que o valor equivalente ao capital variável e ao mais-valor do setor I “tem de ser igual” (Marx, 2014, p. 517) ao valor do capital constante do setor II<sup>12</sup>.

Podemos inverter o raciocínio de Marx desenvolvido no parágrafo anterior, mantendo sua lógica, e inferir que se a troca for de não equivalentes, uma troca desigual, há o enriquecimento através do comércio de uma das partes envolvida. Mesmo que os pressupostos da exposição não permitam ao autor esmiuçar essa questão, iremos destacar dois pontos que sugerem sua importância. O primeiro deles vem de um trecho do manuscrito II de Marx excluído por Engels da redação final do Livro II, o qual, segundo os tradutores, continha uma “análise diferenciada do produto social, dividida em seis setores” (Marx, 2014, p. 594). Nesta análise, depois de desenvolver um processo de reprodução na base da troca pelos valores e com setores com diferentes composições orgânicas, Marx abre repentinamente um parêntese: “Vejam, de passagem, como a questão se apresenta sob o pressuposto da taxa geral de lucro” (Marx, 2014, p.

---

<sup>12</sup> Foge ao escopo de nosso trabalho demonstrar por que  $Iv + Im$  (capital-mercadoria produzido pelo setor I equivalente ao valor do capital variável  $[Iv]$  e do mais-valor  $[Im]$ ) igual a  $Iic$  (capital-mercadoria produzido pelo setor II equivalente ao valor do capital constante) é a condição para que a reprodução do capital social em escala simples ocorra sem perturbações. Para este propósito, Cf. Marx (2014, p. 502-505), Carcanholo (2003) ou Ribeiro (1979).

729). Após fazer alguns cálculos elementares, ele indica que apenas no setor onde a composição orgânica é média, o produto é vendido por um preço idêntico ao valor; e fecha o parêntese com um lembrete a si próprio: “*Examinar isso mais adiante*” (Marx, 2014, p. 729; grifos no original).

Se apenas o setor com composição orgânica média vende suas mercadorias pelo valor, segue-se que para os demais cuja composição difere da média há necessariamente diferença entre preço e valor. Enquanto redigia esse manuscrito, entre 1868 e 1870<sup>13</sup>, Marx já havia desenvolvido a explicação para a transformação de valores em preços de produção nos *Manuscritos Econômicos de 1864-1865*<sup>14</sup>, os quais se tornariam o suporte fundamental para a versão final do Livro III. Portanto, é com base em sua teoria dos preços de produção que aquela passagem excluída do Livro II deve ser analisada, o que nos leva à constatação que já nos esquemas de reprodução do capital social seria possível perceber a existência da transferência de valor entre capitais individuais operantes sob distintas composições orgânicas e distintos setores. Que Marx não avance na explicação desse fenômeno na Seção III do Livro II justifica-se pois ali não é (ainda) o lugar de explicá-lo. Sua preocupação evidente é explicar a reprodução do capital social em sua pureza, livre de distúrbios que possam embaçar aquilo que é central naquele momento.

Para comprovar esse ponto, vejamos o que diz Marx após tecer longos comentários sobre várias supostas possibilidades para fechar o esquema de reprodução após a introdução da depreciação do capital fixo:

Vemos aqui, para além de nosso verdadeiro objetivo, como é absolutamente necessária a consideração do processo de reprodução *em sua forma fundamental* – livre de todas as circunstâncias menores que o obscurecem – a fim de nos desembaraçarmos desses falsos subterfúgios que proporcionam a aparência de uma explicação ‘científica’ quando o processo da reprodução social, em sua complicada forma concreta, é imediatamente transformado em objeto da análise (Marx, 2014, p. 562; grifos adicionados).

Dentre esses “falsos subterfúgios”, isto é, dentre essas possibilidades teóricas erradas neste nível de abstração para resolver o problema em questão, duas devem ser objeto de nossa atenção. A dificuldade posta pela introdução do capital fixo decorre do fato de que este “reaparece como elemento de valor da mercadoria” (Marx, 2014, p. 554) à medida que se deprecia, isto é, de acordo com o ritmo com o qual perde seu próprio valor. Como esse processo dura, em geral, mais do que o período de uma rotação, o dinheiro recebido pelo capitalista correspondente à depreciação deve ser entesourado até o momento em que o capital fixo deva ser repostos<sup>15</sup>. Portanto, durante a formação

<sup>13</sup> Cf. Marx (2014, p. 72-75).

<sup>14</sup> Cf. Marx (2015, p. 265 et seq.).

<sup>15</sup> No nível de abstração em que a exposição está situada, o mais-valor ainda não se fragmentou em renda, juro etc. Em função disso, relações de crédito não podem ser incluídas na análise, motivo pelo qual os tesouros cumprem um papel importante nessa altura da exposição (Heinrich, 2014a, pp. 20-22). Por exemplo, no contexto da conversão do mais-valor em capital constante, Marx se questiona de onde surge o dinheiro adiantado pelos capitalistas. Sua resposta: “é preciso supor a existência, nas mãos do capitalista e ao lado do capital produtivo, de certas reservas de dinheiro” (Marx, 2014, p. 503). Para Heinrich (2014a, pp. 20-22), “a existência de tesouros é apenas um pressuposto auxiliar; na realidade, são as relações de crédito que possibilitam a circulação do mais-valor”.

desse tesouro (até que se esgote a vida útil do elemento fixo), o montante de dinheiro retirado da circulação passa a ser maior do que aquele efetivamente lançado na circulação em cada período. Nos termos de Marx:

O dinheiro obtido com a venda de mercadorias, na medida em que realiza a parcela de valor-mercadoria equivalente à depreciação de capital fixo, não se converte de novo no componente do capital produtivo, cuja perda de valor ele repõe. Ele se precipita ao lado do capital produtivo e se cristaliza em sua forma-dinheiro (Marx, 2014, p. 555).

Considerando a divisão do capital social em dois setores, I e II, produtores, respectivamente, de meios de produção e meios de consumo, vimos que a condição para que a reprodução se processe normalmente em escala simples é  $Ic = Iv + Im$ . A dificuldade posta pela introdução do capital fixo no setor II, por exemplo, se resume ao fato de que durante algum tempo maior do que o período de uma rotação, o valor equivalente à depreciação vai se entesourar em II, “não volta a funcionar como meio de circulação” (Marx, 2014, p. 558), impossibilitando, conseqüentemente, que o valor produzido por I se realize em sua inteireza. A questão, portanto, é: como esse valor não-realizado pode ser realizado?

Antes de resolver a questão nos marcos do correto nível de abstração, Marx recorre aos já citados “falsos subterfúgios” – dentre eles, a possibilidade das trocas se efetivarem em proporções diferentes daquelas envolvendo os valores e a introdução de agentes externos. Por exemplo, nas trocas entre os setores I e II, poderia ser suposto que I enviasse uma quantidade de mercadorias mais uma soma de dinheiro que excedesse o valor total produzido por II, de forma que II conseguisse entesourar o valor correspondente ao desgaste do capital fixo e, ao mesmo tempo, tivesse uma capacidade de pagamento no montante adequado à produção do setor I. Contudo, se assim ocorresse, o setor I “compraria a massa mercantil  $Ic$  acima de seu valor” (Marx, 2014, p. 559). Embora essa solução esteja fora de cogitação em virtude de ser incompatível com o nível de abstração que exige que preços e valores sejam idênticos, o simples fato de Marx tê-la lançado aqui no conjunto dos “falsos subterfúgios” a coloca no rol das soluções “aparentemente possíveis” (Marx, 2014, p. 559). Poderia ser possível, portanto, no plano fenomênico, uma troca desigual entre os setores I e II desde que os ciclos dos capitais de cada um desses setores estivessem localizados em países distintos.

Outra possibilidade tida como “absurda” por Marx (2014, p. 561) é a utilização de um elemento externo (“*deus ex machina*”<sup>16</sup>) à lógica do processo social de reprodução, como se o dinheiro que tem que fluir para o setor II viesse da renda fundiária ou dos juros, por exemplo. Isso não é possível, no longo prazo, pois se I não está realizando todo seu mais-valor, cedo ou tarde as rendas e os juros deixariam de existir. É possível perceber, com esse argumento, que juro e renda são categorias ontologicamente subordinadas ao mais-valor produzido pelo capital industrial. Não é por outro motivo que a fragmentação do mais-valor representa uma transição entre níveis de abstração e só será incorporada na análise no Livro III.

Antes de avançar para a resposta satisfatória à dificuldade posta pela depreciação, uma última observação sobre os “falsos subterfúgios”. Quando Marx abstrai as

<sup>16</sup> Conforme explicação dos tradutores, “*deus ex machina*” é “um elemento externo que resolve uma história sem seguir sua lógica interna”, sendo originária dos teatros greco-romanos da Antiguidade. Cf. Nota dos tradutores em Marx (2014, p. 561).



“circunstâncias menores” que dificultam a correta apreensão do objeto, ele está nos fornecendo uma pista metodológica importantíssima: também podemos considerar o *processo imperialista em sua forma fundamental*, abstraindo de circunstâncias menores e falsos subterfúgios. Tal é o procedimento necessário para a real compreensão do processo em suas dimensões imanentes.

O enigma da reprodução do capital social, considerando-se a existência da depreciação, é resolvido por Marx quando ele considera que o próprio setor II “lança na circulação o dinheiro com o qual o componente de valor de suas mercadorias é convertido em dinheiro destinado a repor a depreciação de seu capital fixo” (Marx, 2014, p. 563-568). O autor fornece vários exemplos, todos eles mostrando como a reposição da depreciação do capital fixo de uma parte do setor II pode ser feita pelo adiantamento em dinheiro por outra parte do próprio setor. A lógica é simples: divide-se o setor II em duas partes: II-1 precisa renovar seu capital fixo agora e II-2 precisa acumular dinheiro equivalente ao valor da depreciação do capital fixo. Então, II-1 compra os elementos fixos do capital do setor I adiantando um dinheiro que refluirá para ele ao longo de várias rotações, de forma que para II-1 não retorna, no instante da renovação do capital fixo, a mesma quantidade de dinheiro desembolsada por ele. Esse dinheiro fica no setor I que o utilizará para comprar meios de consumo do setor II-2. Como o dinheiro não foi adiantado por I, não precisa refluir a ele<sup>17</sup> e será entesourado por II-2 equivalendo à parcela do capital fixo depreciada.

Continuando com o argumento de Marx (2014, p. 571-573), a condição necessária para que o dinheiro flua de II-1 para I e, em seguida, para II-2, é que o valor do capital fixo de II-1 seja igual ao de II-2 e que eles se renovem em períodos distintos. Se assumirmos que os valores de ambas as partes do setor II são diferentes, haverá um excedente em dinheiro, caso o valor lançado por II-1 na circulação seja maior do que o necessário para a reposição do desgaste de II-2, ou um déficit em dinheiro, caso II-1 lance na circulação um valor menor do que o necessário para II-2. Caso se analise esse desequilíbrio dentro de uma economia nacional, ele poderia ser resolvido pelo comércio exterior, recorrendo à importação caso haja “excedente monetário” ou exportação caso a situação seja de excesso de mercadorias a realizar. Nos termos de Marx:

Em ambos os casos, o comércio exterior poderia proporcionar um remédio: no primeiro, para converter em meios de consumo a mercadoria I imobilizada em forma-dinheiro; no segundo, para escoar o excedente de mercadorias. *Mas o comércio exterior, na medida em que não se limita a repor elementos (também no que diz respeito ao valor), não faz mais do que deslocar as contradições a uma esfera mais ampla, abrindo-lhes um maior campo de ação* (Marx, 2014, p. 573; grifos adicionados).

A questão de fundo desse argumento, e que nos interessa mais diretamente, é a percepção de que uma determinada contradição no processo de reprodução do capital no âmbito nacional pode ser contida através do comércio exterior. Dialeticamente, contudo, a resolução da contradição nesse âmbito restrito a empurra para uma “esfera

<sup>17</sup> Em outro lugar, Marx havia desenvolvido uma “lei geral” segundo a qual “sempre que a circulação transcorre normalmente, esse dinheiro retorna aos produtores de mercadorias que adiantam dinheiro à circulação”. “Do que se segue, diga-se de passagem, que quando detrás do produtor de mercadorias em geral se encontra um capitalista monetário, que, por sua vez, adianta capital monetário (...) ao capitalista industrial, o verdadeiro ponto de retorno desse dinheiro é o bolso desse mesmo capitalista monetário” (Marx, 2014, p. 516-517).

mais ampla”, o mercado mundial, reforçando-a. Então, para resumir, de uma contradição real na produção do capital fixo, a ação do comércio exterior resulta em dois movimentos: de amenização e de potencialização da contradição.

Mantendo-se os pressupostos da reprodução do capital social em escala simples, segue-se que, nos termos de Marx (2014, p. 572-573), as perturbações nas proporções entre o capital fixo que se extingue e o que “continua a operar em sua velha forma natural” produziria “déficits de reprodução” ou um “excedente inconversível em dinheiro”. Como corolário, “teríamos a crise – crise de produção –, mesmo com a reprodução em escala constante”. Os distúrbios na produção de capital fixo são relevantes tanto do ponto de vista ontológico, na medida em que é uma característica real da própria reprodução do capital, quanto do ponto de vista epistemológico, haja vista a ênfase direcionada a eles pelas teorias (burguesas) que se propõem a elucidá-los. Por isso, diz Marx:

O exemplo do capital fixo – mantendo-se invariável a escala da reprodução – é decisivo. O desequilíbrio na produção de capital fixo e capital circulante é uma das causas favoritas de que os economistas lançam mão para explicar as crises. Para eles, é algo novo o fato de que esse desequilíbrio possa e deva surgir quando se trata da mera *conservação* do capital fixo; que ele possa e deva surgir no pressuposto de uma produção normal ideal, com reprodução simples do capital social já operante (Marx, 2014, p. 574; grifos no original).

Assim como os economistas usam o desequilíbrio na produção de capital fixo para explicar as crises, eles também o fazem para explicar o imperialismo. Celso Furtado, por exemplo, é explícito ao indicar o imperialismo como uma saída a esse desequilíbrio através da exportação do capital fixo em excesso das economias centrais, que se desenrola historicamente, segundo o autor, a partir dos últimos decênios do século XIX. Furtado mostra que havia na Inglaterra desse período uma queda da taxa de lucro decorrente de dois fatores principais – “grande massa de bens de capital em permanente produção” e a melhora da “posição de barganha da classe trabalhadora” – que estariam conduzindo a economia inglesa à “eutanasia precoce”. Para evitar esse resultado, ela lançou-se “numa grande ofensiva internacional. Foi quanto bastou para que tivesse início a fase de total liberalização do comércio inglês, das maciças exportações de capital, que mantinham a indústria de equipamentos funcionando a plena capacidade, e da ofensiva comercial sob a forma do audacioso imperialismo vitoriano” (Furtado, 2000, p. 248-249).

Celso Furtado seguramente captou uma tendência real daquele contexto, compartilhada pelos autores contemporâneos. É fato que o imperialismo adquire um *status* diferente no fim do século XIX pois é o momento em que o desequilíbrio na produção de capital fixo se manifesta com maior gravidade. É por isso que os capitalistas precisam recorrer à exportação de capital fixo – como, além de Lenin e da teoria clássica, os próprios economistas burgueses reconhecem. Fazendo isso, entretanto, conforme a passagem de Marx citada anteriormente, a ação individual dos grandes capitalistas eleva a esfera em que as contradições deste modo de produção podem se manifestar.

Em outro lugar do Livro II, no Capítulo VIII, Marx aponta para algumas relações entre capital fixo e mercado mundial. Ao mostrar que o caráter de capital fixo não se define pela mobilidade ou imobilidade espacial dos meios de trabalho, ele fala de “economia das nações” e “mercado mundial”:

Nem a imobilidade lhe confere, num caso, o caráter de capital fixo, nem a mobilidade o priva desse caráter, no outro. No entanto, a circunstância de

que os meios de trabalho sejam espacialmente fixos, enraizados na terra, confere a essa parte do capital fixo um *papel especial na economia das nações*. Eles não podem ser mandados ao exterior, para circular como mercadorias no mercado mundial. Os títulos de propriedade sobre esse capital fixo podem ser trocados, permitindo a esse capital ser comprado e vendido e, nessa medida, circular idealmente. Tais títulos de propriedade podem até mesmo circular em mercados estrangeiros, por exemplo, na forma de ações. Mas com a mudança das pessoas que detêm a propriedade desse tipo de capital fixo não se altera a relação entre a parte permanente, materialmente fixa da riqueza num país, e a parte móvel dessa mesma riqueza (Marx, 2014, p. 245; grifos adicionados).

Partindo do entendimento de que o caráter fixo do capital não se define por sua mobilidade ou imobilidade espacial, Marx mostra como esse capital pode ser duplicado em títulos de propriedade de tal forma que ganhe possibilidades de circulação no mercado mundial. É possível apontar desde aqui, mesmo de passagem, uma possibilidade de imperialismo através da circulação no mercado mundial desses títulos: essa circunstância permite que o proprietário dos meios de trabalho espacialmente fixos receba rendimentos produzidos em qualquer lugar no qual os meios de trabalho estejam enraizados.

### **Considerações finais**

O objetivo desta pesquisa foi encontrar vestígios da presença do mercado mundial na estrutura expositiva do Livro II de *O capital*, em linha com pesquisas anteriores que apontavam para o papel do mercado mundial no Livro I. Avançando pelas discussões sobre o ciclo do capital industrial e a reprodução do capital social, encontramos diversas passagens que indicam, explicitamente, a preocupação de Marx em redigir esses temas no plano do mercado mundial, abstratamente considerado.

Além disso, mais do que tomadas isoladamente, tentamos mostrar que o argumento geral do Livro II é incompatível com uma economia nacional fechada. Isso fica evidente na reprodução do capital monetário, pois precisa haver uma produção de ouro ajustada às necessidades da reprodução do capital social. Como a produção mundial de ouro é muito concentrada geograficamente em poucos países, a única solução possível para que os esquemas de reprodução façam sentido lógico é abstrair fronteiras nacionais, considerando a totalidade do mercado mundial.

Outras discussões desenvolvidas no Livro II apontam que a obra marxiana deve ser referência importante nos estudos sobre imperialismo. Por exemplo, existe uma análise muito cuidadosa de Marx a respeito da necessidade da exportação de capital fixo (ou de títulos de propriedade sobre esse capital fixo) que condiz, em algum teor, com as discussões no âmbito das teorias clássicas do imperialismo ou mesmo de teorias burguesas que necessitam explicar, no contexto do século XIX, o imperialismo vitoriano. Outro exemplo seriam os apontamentos de Marx a respeito das possibilidades de distinção entre produção e apropriação de valor através do comércio internacional, que, mais tarde, seriam envolvidas na discussão sobre a troca desigual.

Em síntese, as evidências reunidas nesse artigo nos permitem concluir que o argumento do Livro II está exposto no nível do mercado mundial e que certos temas muito populares na discussão de imperialismo estão contidos nas seções sobre ciclo do

capital e reprodução do capital social. Como não era o objetivo de Marx discutir exatamente essas questões, elas aparecem lateralmente, mas, mesmo assim, podem ser úteis na renovação das teorias marxistas do imperialismo.

## Referências

- ARRIZABALO MONTORO, X. *Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.
- CALLINICOS, A. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CARCANHOLO, M. D. “Equilíbrio e crise: uma hipótese e um fato inconciliáveis”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 12, jun. 2003, p. 67-86.
- FÉLIZ, M. “Notes for a discussion on unequal exchange and the Marxist theory of dependency”, *Historical Materialism*. London, v. 29, n. 4, dez. 2021, p. 114–152.
- FURTADO, C. “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal* (v. 1). Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 239-262.
- HEINRICH, M. Prefácio ao Livro II de O Capital. In: MARX, K. *O Capital, Livro II*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014a. p. 17-23.
- \_\_\_\_\_. “Introdução da edição alemã”. In: MARX, K. *O capital*. Livro II. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 23-75.
- \_\_\_\_\_. “Reconstruction or deconstruction? Methodological controversies about value and capital, and new insights from the critical edition”. In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 71-98.
- LEITE, L. “Mercado mundial: ponto de partida e de chegada do Livro I de *O capital*”. In: AQUINO, D; CIPOLLA, F. *150 anos d'O capital*. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- LEITE, L.; CARCANHOLO, M. “Mercado mundial e imperialismo: o papel central da grande indústria”, *Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*, v. 1, n. 2, pp. 63-88, 2021.
- LEITE, L., DE PAULA, P., & CORRÊA, H. (2023). “O debate contemporâneo sobre troca desigual: crítica de uma proposta para atualizar a teoria marxista da dependência negando as transferências de valor”, *Nexus Econômicos*, 16(2), pp. 94-124. <https://doi.org/10.9771/rene.v16i2.55837>
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, R. M. “Dialética da dependência” [1973]. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.
- MARX, K. *Economic manuscript of 1864-1865*. Londres: Brill, 2015.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRADELLA, L. “Imperialismo e desenvolvimento capitalista em *O capital* de Marx”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 62, jan.-abril, 2022.
- PRADELLA, L. *Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings*. London: Routledge, 2015.

RIBEIRO, N. *A circulação e a reprodução do capital*. Lisboa: Instituto Superior de Economia, 1979.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Tradução de Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SANTOS, T. "The structure of dependence", *The American Economic Review*. Pittsburgh, v. 60, n. 2, 1970, p. 231-236.

SHAIKH, A. *Capitalism: competition, conflict, crises*. Nova York: Oxford University Press, 2016.

Recebido em 05 de maio de 2023

Aprovado em 12 de julho de 2023